

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.**

**REQUERIMENTO Nº                   , DE 2015  
(DO SR. ARNALDO JORDY)**

*Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Fernando Damata Pimentel**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Fernando Damata Pimentel**, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff entre 2011 e 2014, para esclarecer denúncias de tráfico de influência e os motivos por que tornou secretos documentos com informações relevantes sobre os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - às exportações de serviços de engenharia para Cuba e Angola.

**JUSTIFICATIVA**

Em junho de 2012, o então Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff, Fernando Damata Pimentel, tornou secretos documentos que tratavam de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - aos governos de Cuba e de Angola.

A justificativa oferecida pelo Ministro - a de que o sigilo sobre os documentos era necessário porque os mesmos estavam apenas “custodiados pelo ministério” e continham informações “estratégicas” e dados “cobertos por sigilo comercial” – causou indignação geral e uma reação quase imediata da sociedade brasileira.

O resultado, embora tardio e incompleto, foi benéfico: em junho deste ano, o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o atual Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, anunciaram a ampliação do que aquele banco de fomento convencionou chamar de programa “BNDES

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.**

TRANSPARENTE”, que em termos objetivos significou tão somente a desclassificação seletiva de informações constantes de documentos antes considerados restritos.

Entendemos que esse assunto não se esgotou com o “jogo de cena” promovido pelo governo, pois não serviu para arrefecer os ânimos de uma sociedade que não entende por que um banco destinado ao desenvolvimento social do Brasil – país que tem tantos problemas internos com saúde, educação, segurança, habitação, para além da nossa infraestrutura medíocre – deve emprestar a outros países secretamente.

Ademais, matéria veiculada pela Época em 31 de julho de 2015, denuncia a atuação da dupla Benedito Rodrigues de Oliveira, conhecido como Bené, e o atual governador de Minas Gerais, na interferência de atos do BNDES na época em que Fernando Pimentel era Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Há fortes indícios que empresas relacionadas a Bené tenham recebido propinas no valor total de R\$ 2,21 milhões, por serviços não prestados, em troca de benefícios relacionados ao financiamento concedido pelo BNDES e outros atos realizados enquanto Fernando Pimentel ocupava a pasta.

Para responder a essas e outras questões, e no intuito de atender aos anseios de uma população que demanda por mais transparência e informações sobre onde e como são aplicados os recursos oriundos de seus impostos, solicitamos o apoio dos nossos nobres pares para aprovar esse requerimento que convoca o senhor Fernando da Mata Pimentel para prestar seus esclarecimentos perante essa CPI do BNDES.

Sala das Reuniões, em      de agosto de 2015.

**Arnaldo Jordy**  
**PPS/PA**